

NOTAS DE ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA

1. Entradas e palavras de entrada

SUMÁRIO: Critério de escolha das entradas e palavras de entrada na classificação alfabética de arquivos; confronto com a experiência biblioteconómica.

Embora constituam campos de especialização perfeitamente distintos, não podemos deixar de reconhecer as relações entre a ciência e técnica biblioteconómica e a ciência e técnica arquivística, e acreditamos que das experiências mútuas muito se tem a aproveitar.

Sugeriu-nos estas breves reflexões uma frase há pouco lida, que se refere aos riscos da multiplicidade de soluções na classificação alfabética de arquivos e, que começamos por transcrever: «Para evitar estes riscos, a única solução é a adopção de uma regra, mais ou menos arbitrária, que uniformize as possíveis escolhas. Esta regra pode ser estabelecida por qualquer pessoa» (1).

Esta observação é ditada pela convicção justa de que a não existência de um critério fixo de classificação leva irremediavelmente a um arquivo imperfeito, pois lhe falta a uniformidade. Dessa imperfeição ressentem-se quem dele se utiliza, pois tem que admitir todas as possibilidades de solução para o caso que procura, caminhando por eliminatórias, o que implica uma perda de tempo e conduz a um fatal enervamento; ressentem-se também a pessoa que está encarregada de fazer o arquivo dos documentos ou processos, pois lhe é exigida uma permanente atenção às soluções anteriores, para não dispersar, com critérios diferentes, os mesmos assuntos ou assuntos afins; uma atenção de si esgotante, e a maior parte das vezes ineficaz, pois perante

(1) Instituto Nacional de Investigação Industrial — *Organização do trabalho administrativo no sector público*. (Lisboa), s. d., p. 81. Mimeogr.

um caso novo é impossível ter presente todas as experiências passadas, assim como o é perante o mesmo caso surgido com um certo tempo de intervalo. Ressentem-se ainda os serviços que constantemente se vêem a braços com substituições de pessoal — quer substituições definitivas, quer pelos períodos de férias ou doença — e não têm elementos para iniciar devidamente as novas unidades, sendo fatal um agravamento da dispersão.

Embora começando por ser de toda a justiça a observação, não podemos no entanto concordar que se ache suficiente uma regra *mais ou menos arbitrária*, escolhida por *qualquer pessoa*.

É evidente que para a uniformidade dentro do arquivo é quanto basta existir uma regra, seja ela qual for; mas as nossas exigências vão mais longe; não interessa apenas *uma* regra, interessa *a* regra mais simples, mais eficiente, mais facilmente aceite por todos, e essa *qualquer pessoa* não nos garante ser capaz de a estabelecer até porque, infelizmente, ao arquivo se destina de preferência o pessoal menos qualificado.

A esta exigência de uniformidade deveria dar-se ainda uma maior projecção, caminhando-se para se conseguir uma universalidade de critérios, uma regra geral, transcendendo os problemas de cada arquivo embora a todos aplicável. E assim já nos encontraríamos no plano do científico.

Dispensando-nos de enumerar as vantagens que hoje reconhecemos à linguagem universal, em todos os campos desejada, queremos neste caso dar relevo à possibilidade de preparação geral do pessoal de arquivo que permite, garantindo também a unidade, no caso de substituições e transferências de empresa para empresa.

Servindo-nos do exemplo que ilustra a doutrina exposta na referida documentação, procuraremos demonstrar que facilmente se chegaria a uma regra única, geral, quanto ao estabelecimento da entrada, e, dentro desta, da palavra de entrada; são estes verdadeiramente os problemas fundamentais cuja solução determina a rapidez da resposta, e a eficiência da classificação alfabética.

Imaginemos, então, que tínhamos que classificar *Sociedade de Exploração Agrícola de Loures*, também conhecida por *SEAL*. Os problemas podem ser dois:

— por qual das formas se deverá fazer a entrada?

— se for escolhida a forma desdobrada, que palavra se escolherá para determinar a sua situação na ordem alfabética?

Permito-me afirmar que, no que respeita a regras catalográficas, embora estejamos longe de uma unidade, muito confronto se tem feito, tendo-se chegado já a conclusões importantes.

A Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação, reunida em Paris em 1961, aconselha que a entrada dos autores nos catálogos se faça pelo nome mais frequentemente usado ou conhecido. Um paralelo deste princípio ajudar-nos-ia numa primeira opção. Entre *Sociedade de Exploração Agrícola de Loures* e *SEAL* adoptaríamos a forma como, correntemente, no dia a dia, dentro dos serviços, essa empresa é designada, a forma como ao funcionário do arquivo normalmente se pede o processo; à falta de um uso corrente, uniforme, o próprio

cabeçalho timbrado usado pela empresa, pode dar-nos uma pista quanto ao nome por que mais provavelmente é conhecida, assim como a podem dar, também, as listas telefónicas, anuários, etc.

Se for escolhida a forma desdobrada, para determinação da palavra de entrada os critérios podem ser múltiplos.

Pode escolher-se a primeira: «*Sociedade*». Mas como se trata de uma palavra muito corrente, poderá, em casos destes, recorrer-se sistematicamente à palavra seguinte, nesse caso *Exploração*; mas há critérios que preconizam se escolha antes um nome próprio ou geográfico, neste caso *Loures*; a favor da *Exploração* ainda encontraríamos outro critério que admite, se recorra na falta de nomes próprios à palavra que designe a actividade específica; e o facto de, neste caso, a ideia completa ser dada por *Exploração Agrícola*, ainda nos pode colocar em hesitações. Na determinação da palavra significativa ou designando a actividade específica muitas alternativas frequentemente se apresentarão. Por exemplo: *Serração de Madeiras e Carpintaria Mecânica*. Predomina a *Serração* ou a *Carpintaria*? Se não há predominância escolhemos a primeira *Madeiras* ou a primeira não rdem alfabética *Carpintaria*? Ou pelo contrário *Serração* é suficientemente significativa?

Se, como vimos, para a uniformidade dentro dum mesmo arquivo o que importa é assentar uma regra, a verdade é que nem todas dão as mesmas garantias, não são todas igualmente lógicas; parece-nos que a condenação dum critério deverá começar pela margem que deixa a soluções subjectivas, isto é, que não se imponham cientificamente, independentemente das opiniões diversas de diferentes pessoas colocadas perante o mesmo problema.

Voltando ao paralelo com o que se passa no domínio das bibliotecas, notamos que a experiência de alfabetação dos nossos catálogos nos ensina que os critérios devem ser tão simples e mecânicos quanto possível, dispensando raciocínio, opiniões e análises gramaticais com todas as suas consequentes possibilidades de alternativa. Aqui não teríamos dúvidas, preconizando se adoptasse o critério rígido da escolha sistemática da primeira palavra, ou seja *Sociedade*.

Não nos parece válida a objecção que invoca a existência de inúmeras entradas pela mesma palavra, pois a alfabetação passa a fazer-se sem qualquer dificuldade, automaticamente, pela seguinte:

Soares & Múrias, Lda.

Sociedade *Industrial* Farmacêutica, S. A. R. L.

Sociedade *Nacional* de Padarias, Lda.

Sociedade *Portuguesa* de Serração, Lda.

Stand Alfa.

Em conclusão: 1.º — Para entrada, entre *Sociedade de Exploração Agrícola de Loures* e *SEAL* escolher-se-ia a forma mais correntemente usada.

2.º — A palavra de entrada, no caso de ser escolhida a primeira, seria *Sociedade*, recorrendo-se seguidamente, quando da intercalação entre as múltiplas sociedades, a *Exploração*, a palavra que imediatamente se segue.

A regra geral poderia formular-se do seguinte modo: *ao classificar-se alfabeticamente uma empresa, sociedade ou instituição que use várias formas do seu nome, escolhe-se a forma pela qual for mais communmente conhecida; se a designação é composta de várias palavras escolhe-se, para palavra de entrada, a primeira.*

Como é evidente, para a aplicação prática dos critérios, uma vez estabelecidos, não é necessário exigir-se mais do que um mínimo de cultura, bom senso e preparação específica, isto é conhecimento das regras.

Mas impõe-se que sejam promovidos e realizados a um nível superior, o estudo necessário para o estabelecimento desses critérios, o estudo do sentido rigoroso e científico da classificação, as normas da sua aplicação, e a responsabilidade de planificar e cuidar da preparação específica do pessoal médio. O bibliotecário e o arquivista são técnicos a este escalão.

MARIA TERESA PINTO MENDES

Biblioteca da Universidade de Coimbra